

Gláucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Diálogos sobre **Inclusão 2**



**Glaucia Wesselovicz**  
**Janaina Cazini**  
(Organizadoras)

# **Diálogos sobre Inclusão 2**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas



### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805  1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.  CDD 361.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928056</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>64</b>
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928057</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>76</b>
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928058</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>84</b>
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928059</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>94</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>105</b>
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280511</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>113</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280512</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussiêr de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>134</b>
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>142</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>163</b>
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280518</b>	



<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva  Allan Kardec Alves da Mota  Karla Janaina Barbalho Maciel  Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>215</b>
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva  Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana  Elidiane Lemos do Nascimento  Michele Santana de Oliveira  Elisnando Correia Ferreira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>226</b>
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio  Stenio de Brito Fernandes  Geraldo Mendes Florio  Magnólia Maria Oliveira Costa  Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida  Judith Perez Ferreira  Pedro Humberto Faria Campos</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280524</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>248</b>

## CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

**Cristiane de Fatima Costa Freire**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,  
Pau dos Ferros/RN

**Francileide Batista de Almeida Vieira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,  
Caicó/RN

**RESUMO:** Nos anos finais do século XX, a educação especial foi redimensionada em consonância com as políticas educacionais inclusivas, que orientam a educação de todas as pessoas nas escolas regulares. Nesse contexto, foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) dentro das escolas regulares, onde deve ser oferecido o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A presente pesquisa surgiu de questionamentos relacionados à oferta do AEE, que culminaram nos objetivos que a nortearam. Neste trabalho são apresentados resultados referentes a um dos objetivos específicos traçados, que foi: analisar as contribuições do AEE para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial e para a efetivação da inclusão escolar. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de Pau dos Ferros/RN, envolvendo três professoras: uma que atua no SRM e duas que atuam em turmas de 5º ano do ensino fundamental nas quais estudam alunos que

recebem o AEE. Foi utilizada a abordagem qualitativa do tipo etnográfico. Fundamentamos o nosso estudo, principalmente em Mantoan (2003), Mittler (2003), Ropoli (2010), dentre outros. As análises nos levaram a constatar que o AEE é ofertado a alunos com dificuldades de aprendizagem ou transtornos, cujas características diferem daquelas definidas pelos documentos nacionais. Foi evidenciado que o AEE traz contribuições para o desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, mas ainda se faz necessário uma ampliação desse serviço, bem como um trabalho coletivo de todos os educadores para que traga contribuições mais expressivas para a efetivação da educação inclusiva na instituição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atendimento educacional especializado. Inclusão Escolar. Sala de Recursos Multifuncionais.

**ABSTRACT:** In the last years of the twentieth century, special education was reshaped in accordance with inclusive educational policies that guide the education of all people in regular schools. In this context, the Multifunctional Resource Rooms (in Brazil: Salas de Recursos Multifuncionais – SRM) were created within the regular schools, where Specialized Educational Service (in Brazil: Atendimento Educacional Especializado – AEE) should be offered. The

present research arose from questions related to the AEE offer, which culminated in the objectives that guided it. In this paper are presented results related to one of the specific objectives outlined, which was: to analyze the contributions of the AEE to the learning and development of the public students that are target of the special education; and to the accomplishment of the school inclusion. The research was carried out in a municipal school of the city of Pau dos Ferros/RN, involving three women teachers: one that works in the SRM and two that works in classes of 5th grade elementary school in which special students receive the AEE. The qualitative approach of the ethnographic type was used. We base our study, mainly in Mantoan (2003), Mittler (2003), Ropoli (2010), among others. The analyzes led us to verify that the AEE is offered to students with learning difficulties or even disorders, whose characteristics differ from those defined by the national documents. It was evidenced that the AEE bring contributions to the development of students that present special educational needs, but it is still necessary to expand this service, as well as a collective work of all educators to bring contributions more significant for the effectiveness of inclusive education in the institution.

**KEYWORDS:** Specialized educational service. School inclusion. Multifunctional Resource Room.

## 1 | INTRODUÇÃO

A inclusão escolar pressupõe um novo paradigma, pois pressupõe a ruptura com o atual modelo educacional, para que o ensino se adeque às especificidades do aluno com deficiência e/ou com outra necessidade educacional especial, de forma que ele possa ser incluído, com condições de ter aprendizagem, na sala de aula regular. Nessa perspectiva, Mittler (2003, p. 25) relata que o “[...] conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento”. O autor ainda sugere que, atualmente, o objetivo maior da educação inclusiva encontra-se no coração da política educacional e social.

Dessa forma, ressaltamos que a inclusão tem a ver com mudança e acreditamos que tanto a inclusão quanto a mudança são inevitáveis. Nesse sentido, Ropoli (2010) nos diz que a educação inclusiva supõe uma escola que não exclua aqueles alunos que não atendam ao perfil idealizado por ela. Concordamos com essa afirmação, pois essa é a mudança que se espera: a construção de uma escola para todos e a oferta de um ensino que atenda à diversidade humana.

Dentre as mudanças decorrentes das políticas educacionais inclusivas, destaca-se a nova configuração da educação especial, como modalidade de ensino definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N° 9394/96 (BRASIL, 1996). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008) a educação especial, que historicamente foi organizada de

modo substitutivo à escolarização comum, deve agora integrar a proposta pedagógica da escola regular, garantindo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dessa forma, com os alunos que apresentam tais características e outras que gerem algum transtorno específico no processo de escolarização, a educação especial deve atuar de maneira articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. No contexto da educação inclusiva, a educação especial é ofertada em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que deve identificar e desenvolver ações com a utilização de recursos pedagógicos para proporcionar a acessibilidade e eliminar as barreiras que impedem a efetiva participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Inserida nessa discussão, nosso objeto de pesquisa diz respeito ao trabalho desenvolvido por meio da modalidade de Educação Especial, que se efetiva através das SRM, bem como o seu papel no processo de inclusão de alunos que integram o público alvo dessa modalidade no ensino regular, atentando de forma especial para o ensino como elemento constitutivo do processo de inclusão escolar desses alunos.

Partindo desses apontamentos e das experiências educacionais vivenciadas como professora da educação básica, surgiram inquietações que se materializaram na questão central, que deu origem a esse estudo: **Como são desenvolvidas as atividades de ensino no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola pública de Pau dos Ferros e como estas se relacionam com o processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial?** Pensando nessa perspectiva, o trabalho do profissional na referida sala torna-se imprescindível, vindo daí a necessidade de preparar pessoas realmente capacitadas para atender as necessidades existentes em cada instituição de ensino e desenvolver um trabalho de qualidade no atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais.

A partir das questões de pesquisa, definimos como **objetivo geral**: analisar como são desenvolvidas as atividades de ensino no AEE em uma escola pública de Pau dos Ferros, e como estas se relacionam com o processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial. Também foram traçados alguns objetivos específicos, sendo que neste trabalho serão abordados os resultados do seguinte objetivo específico: analisar as contribuições do AEE para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial e para a efetivação da inclusão escolar.

## 2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A nossa pesquisa se inscreve na abordagem qualitativa, por se tratar de um

caminho no qual o pesquisador se permite analisar os sujeitos pesquisados de forma a compreendê-los com a maior profundidade possível. A pesquisa qualitativa se configura através do contato direto do pesquisador e a situação que está sendo investigada. Segundo Bogdan & Biklen (1994, p. 47) na “[...] investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”. Esses autores afirmam que “[...] os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48).

O interesse em conhecer a problemática humana necessita de um método e esse determina a melhor forma para se atingir o objeto a ser estudado. O método é amparado por uma filosofia ou corpo de conhecimentos que garantem a ele e ao produto final de sua procura, um “rigor científico”, avalizando, assim, uma maior consistência ou confiabilidade aos resultados finais.

Nessa direção, Ludke e André (1986, p. 15), tomando por base Stubbs e Delamont, dizem que “a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado”. As autoras dizem, ainda, que “geralmente o pesquisador desenvolve a sua investigação passando por três etapas: exploração, decisão e descoberta”. Informamos, ainda, que, dentre os tipos de pesquisa qualitativa, inscrevemos a nossa investigação como sendo uma pesquisa do tipo etnográfico, que vem na contemporaneidade trazer muitos contributos para as pesquisas no campo educacional. Segundo André (2012, p. 27):

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas.

A preocupação principal dos estudiosos do campo educacional é unicamente com o processo educativo, onde o pesquisador realizará estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu real sentido (ANDRÉ, 2012), ou seja, uma investigação com procedimentos semelhantes àqueles utilizados na pesquisa etnográfica, tais como a observação e a entrevista aberta.

Por esse viés, o nosso estudo busca analisar a prática pedagógica dos professores que atuam no (AEE) e os professores da sala de aula regular, tendo como foco a inclusão dos alunos que constituem o público alvo da educação especial, o que justifica a nossa opção pelo estudo etnográfico, pois essa abordagem congrega uma característica importante de pesquisa que é “[...] a ênfase no processo, naquilo que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais” (ANDRÉ, 2012, p. 29).

A nossa pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal da cidade de Pau dos Ferros/RN, escolhida por ser uma das primeiras a iniciar o trabalho com o



AEE, que se deu no ano de 2011, oferecido na SRM, implantada desde 2008.

Participaram de nossa pesquisa três profissionais que trabalham na escola selecionada para ser o nosso campo de investigação, assim distribuídos: uma professora atuante na SRM e as outras duas que desenvolvem a docência numa turma de 5º ano do Ensino Fundamental. Essas são as nossas principais colaboradoras, que serão melhor caracterizadas no Quadro 01, tendo seus nomes representados por pseudônimos.

No desenvolvimento deste estudo, utilizamos registros e anotações decorrentes de observações, realizadas na SRM. Também realizamos a **análise de documentos**, principalmente dos Planos de aula. Por último, realizamos a **entrevista semiestruturada**, com a professora que atua no AEE e duas outras que atuam na sala regular de ensino, como estratégia para a interação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Participante	Função que exerce	Turno de trabalho	Formação
Maria	Professora do AEE	Vespertino	Graduação em Pedagogia/ Especialização em Psicopedagogia e em Educação Especial com foco no AEE
Carla	Professora da sala regular	Vespertino	Graduação em Pedagogia/ Especialização em Psicopedagogia
Joana	Professora da sala regular	Vespertino	Graduação em Pedagogia/ Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica

Quadro 01: Participantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa direta.

Conforme podemos perceber, os sujeitos da nossa investigação são três profissionais especializados na área de Psicopedagogia, tanto a que atua na sala do AEE, como as que atuam na sala regular de ensino, valendo ressaltar que a professora do AEE possui vasta experiência na área, pois atua há bastante tempo nessa modalidade de ensino. A referida professora foi também uma das pioneiras na implantação das propostas de educação inclusiva no município de Pau dos Ferros. Outra observação pertinente é que todas as colaboradoras são graduadas em Pedagogia, que é um requisito legal para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental.

Um aspecto que consideramos necessário ressaltar, em relação ao quadro 01, é o do AEE não ser ofertado no contraturno. Apesar de ser oferecido nos turnos matutino e vespertino, os alunos participam dele no mesmo turno em que estudam nas classes regulares. Em alguns momentos da pesquisa indagamos às professoras da sala regular, de modo informal, como elas viam o trabalho desenvolvido no AEE e se esse trabalho influenciava de forma positiva para a inclusão do aluno atendido. Nesse sentido, elas destacaram como uma das principais lacunas do AEE a sua oferta no mesmo turno. Isso faz com que os alunos que recebem esse atendimento precisem se ausentar da

sala regular, conforme o cronograma do AEE. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), e com a Resolução nº 04/2009 (BRASIL, 2009), o AEE deve ser ofertado no contraturno.

Assim, o cenário para a nossa pesquisa não atende à orientação legal, pois segundo depoimentos das professoras entrevistadas e com base na nossa observação, os alunos atendidos são retirados da sala de aula regular, para a SRM, e o que deveria acontecer era que eles frequentassem a referida sala no contraturno. Porém, esse aspecto é justificado no Projeto Político Pedagógico da Escola, por considerar alguns casos específicos de alunos, que, por falta de condições materiais, não podem ir à escola em outro horário.

Assim sendo, são atendidos em pequenos grupos ou individualmente, durante uma hora, dois dias por semana. Esse aspecto poderia ter se constituído como impedimento para a realização da pesquisa nesse campo, já que não se ajusta às orientações legais, mas optamos por continuar em virtude de entendermos que precisamos desvelar os contextos educacionais com a realidade que eles apresentam, mesmo em discrepância com o que se considera como ideal.

No que diz respeito à formação, as mesmas orientações legais citadas anteriormente, exigem-se que, para atuar no AEE, o professor deve ter uma formação inicial para a docência e uma formação especializada para a educação especial. Tais critérios são atendidos pela professora, pois é pedagoga e possui, além da especialização em Psicopedagogia, duas especializações em Educação Especial com foco no AEE, realizadas a distância pela Universidade Federal de Santa Maria/RS.

A referida professora atua no AEE desde o ano de 2006, possuindo, assim, uma vasta experiência na área, o que pudemos comprovar em nossas observações ao vê-la relacionar-se tão bem com os alunos atendidos e conduzir o seu trabalho de forma a tentar fazer com que esse aluno tenha uma evolução no processo de ensino e aprendizagem e possa ser incluído na sala de aula comum. Ela relatou, durante as observações, que além das especializações, participou de vários outros cursos de formação e capacitação para esse fim, alguns dos quais foram promovidos pela Secretaria Estadual de Educação do RN (SEEC/RN), além de outros que ela mesma buscou no ensino a distância. Porém, ela relata ainda, que esses cursos foram realizados a mais de 10 anos, e por essa razão, já sente a necessidade de uma atenção maior com relação a esse serviço por parte dos órgãos competentes.

Ainda em relação à formação continuada para o professor que atua no AEE, consta que a nossa colaboradora é quem, com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação do Município de Pau dos Ferros, promove encontros e estudos com os demais professores de outras salas de recursos multifuncionais que compõem o quadro do município. Recentemente ela está com um grupo formado para estudos, que acontecem uma vez por semana, no período da noite. Feita essa abordagem metodológica, passaremos a apresentar os resultados relacionados ao objetivo específico já anunciado na introdução deste trabalho.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, apresentaremos informações que respondem ao objetivo pelo qual nos propusemos a analisar as contribuições do AEE para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial e para a efetivação da inclusão escolar. Iniciaremos, portanto, pontuando a fala da professora da SRM, quando relata a respeito dos atendimentos oferecidos na SRM e como esses atendimentos se relacionam ou são orientados pelos documentos que norteiam a modalidade de educação especial, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), atualmente em vigor.

A gente tem procurado seguir esses documentos que foram elaborados a partir da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, e a resolução que orienta o atendimento especializado, que é a resolução Nº 4 do MEC; também a resolução Nº 3 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, que orienta para o atendimento a alunos com transtornos funcionais específicos. E todo o trabalho é pautado nesses documentos a partir da política nacional e dos documentos que vêm orientando todo o trabalho de AEE, tanto no nível nacional como, também, no estadual [...] (Maria, 2017).

Com relação à contribuição do AEE para inclusão escolar dos alunos que participam desse atendimento na SRM, a mesma professora afirma que:

[...] o AEE tem contribuído, sim, para a aprendizagem e inclusão dos alunos. Nós fazemos um trabalho aqui no sentido de que esse aluno possa ser incluído no ensino comum, porque não é no aee que ele vai ser incluído, a inclusão acontece no ensino comum. Aqui ele tem o apoio, um auxílio, alguns recursos para que ele possa ser incluído na sala comum (Maria, 2017).

Nas falas da professora fica evidente que ela entende haver uma contribuição do trabalho feito na SRM para inclusão do aluno na classe regular. Segundo Ropoli (2010), o projeto político pedagógico e o comprometimento e participação do professor é que garantem a execução desse projeto. Quanto a isso, pudemos observar que a professora é bem comprometida com o seu trabalho, pois sentíamos no seu falar que existe uma dimensão afetiva com o seu fazer pedagógico. Por várias vezes, ela deixa claro que sempre procura subsídios e alternativas para melhorar cada vez mais, participa de cursos que ensinam a conhecer e trabalhar com os tipos de deficiência, cria seus próprios instrumentos de trabalho, se necessário. Nesse sentido, nos reportamos a Nóvoa (1995), quando defende que os professores vivem tempos de encruzilhadas, tendo que refazer sua própria identidade e aderir a novos olhares, e reencontrar novos valores que não reneguem o que tem de mais positivo no idealismo da escola, atribuindo um sentido a ação do presente.

Em continuidade ao desenvolvimento da nossa pesquisa, indagamos, também, para as professoras da classe regular sobre o tema, ou seja, sobre as percepções a respeito de possíveis contribuições do AEE para o processo educacional inclusivo de crianças com necessidades educacionais especiais. A esse respeito, as professoras

fizeram as seguintes considerações:

Sim, né? Com certeza as salas do AEE desenvolvem um trabalho muito bom que inclui essa criança na escola, na sociedade como um todo, então, realmente, essas salas são extremamente necessárias dentro do ambiente escolar (Carla, 2017).

Eu acredito, mas a minha forma de crer que ele auxilia, que ele ajuda parte do princípio de que haja, de fato, uma parceria de diálogo contínuo entre a professora regular e a professora do AEE pra que, de fato, aconteça, né? E sem falar que precisa também ter um diálogo na escola com um todo, né? Da professora especializada dialogar com a família, com supervisão escolar, porque essas parcerias elas vêm, de fato, ajudar e ofertar de modo significativo AÇÕES que ajudem no desenvolvimento e aprendizagem desses alunos (Joana, 2017).

A professora Carla é bem sucinta na sua resposta, concordando que o AEE tem contribuído para inclusão do seu aluno. Sua posição, inclusive, até nos reporta para outras falas suas, quando diz que a escola deixa a desejar, que lhe faltam muitas ajudas, falta o básico como tinta para pincel, por exemplo. Esse discurso contraditório da professora, nos leva a crer que a mesma acredita na importância e na grande força que o AEE tem, porém na prática não acontece como deveria. Essa realidade relatada nos faz indagar: seria possível existir uma verdadeira inclusão sem a garantia de condições, como mencionado pela professora?

A professora Joana já se apresenta mais coerente em todas as suas falas, pois diz que acredita na contribuição do AEE, mas que precisa ter uma mudança no sentido de todos que fazem a escola participarem do processo para que a inclusão aconteça, e que o aluno aprenda realmente.

O que percebemos é que, comparando as orientações de caráter oficial, tais como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Resolução 04/2009 (BRASIL, 2009) com a realidade da escola investigada, identificamos que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular não tem se consolidado de forma desejável, pois a proposta de educação vigente não oferece condições satisfatórias.

Compreendemos, ainda, que se faz urgente um maior comprometimento por parte dos educadores, como também a elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais mais coerentes com as orientações das políticas educacionais inclusivas, além de garantia de formação continuada e uma maior destinação de recursos para a educação especial. Como relata Mantoan (2009, p. 151), “[...] uma escola de qualidade, que todos querem para os próprios filhos e para todos, é aquela que pratica cidadania e contempla as diferenças; [...] somente quando a inclusão se der, de fato, é que a escola regular será realmente a Escola de Todos”.

Essa transformação da escola, de acordo com as demandas do mundo atual, para atender às diversidades culturais e gerar novos conhecimentos, não é só uma exigência legal, muito menos modismo, mas sim uma responsabilidade inerente à cidadania, pois quando contemplar as diferenças se tornará uma escola de qualidade

para todos e a inclusão será uma consequência natural (MANTOAN, 2009). Garantir uma educação de qualidade para todos implica, dentre outras coisas, um redimensionamento da escola no que consiste não só na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

Indagamos, também, para as professoras da classe regular, se, em suas percepções, o atendimento oferecido no AEE contribui para o desenvolvimento dos seus alunos. Nesse sentido, elas nos deram as seguintes respostas:

Sim, com certeza, né? O trabalho que é ofertado na sala do AEE é extremamente necessário/importante na escola e contribui de forma significativa no processo de aprendizagem do aluno, né? Ela é um complemento daquilo que ele já vem recebendo dentro da sala regular (Carla, 2017).

O atendimento educacional especializado vem contribuir bastante para o meu trabalho em sala de aula, por quê? Porque na minha sala eu desenvolvo atividades ou o trabalho pedagógico em si, pra que esse aluno participe com os demais alunos, tenha parceria com esses alunos, receba as mesmas instruções e as mesmas orientações, enquanto que lá o trabalho especializado vem trabalhar essa particularidade do aluno, vem estimulá-lo pra desenvolver e a professora do AEE, geralmente ela repassa pra mim os trabalhos que estão sendo feitos com os alunos; eu vou entendendo o nível de desenvolvimento para, assim, viabilizar melhor meu trabalho pedagógico pra sala de aula, pra atender à necessidade que já está sendo, inclusive, trabalhada lá no AEE [...]. Então, o AEE contribui BASTANTE pra isso (Joana, 2017).

Mais uma vez, a resposta da resposta da professora Carla nos leva a refletir, pois ela é bem direta ao dizer que o AEE contribui de forma significativa para a aprendizagem de seus alunos, falando que complementa o trabalho desenvolvido dentro da classe regular. Porém, em outros momentos, reclama que lhe falta ajuda para trabalhar com esse público.

A professora Joana também atribui positividade a esse trabalho, mas finaliza dizendo que pelo menos na sala de aula dela, o atendimento surte efeito, porque ela desenvolve trabalhos que ajudam esse aluno a dar continuidade ao que foi construído no AEE. Nesse sentido, Freire (1996, p. 152), aponta algo que vai ao encontro da nossa discussão, quando afirma:

É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou elas. É na minha *disponibilidade* à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade. É impossível viver a disponibilidade à realidade sem segurança, mas é impossível também criar a segurança fora do *risco da disponibilidade*. (Grifos do autor)

Nesse sentido, quando existe essa disponibilidade conforme Freire, o trabalho tende a ser melhor aproveitado. Cremos que ainda está faltando disponibilidade por parte de alguns professores e de muitos que fazem parte do sistema educacional. A Educação Inclusiva rompe com o modelo da Educação Tradicional, na qual não são os alunos que tem que se adaptar a um modelo de ensino pré-estabelecido, mais a escola



é que deve se adaptar às necessidades e especificidades dos alunos, buscando não só a sua permanência na escola, mas também o seu máximo desenvolvimento.

Considerando que cada aluno matriculado em uma escola apresenta características próprias e mais um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio maior da escola, hoje, é trabalhar com essa diversidade na tentativa constante de construir um novo conceito do processo de ensino e aprendizagem, eliminando de vez o caráter segregacionista, incluindo nesse processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos analisar durante a nossa investigação, a busca pela efetivação de uma escola inclusiva ainda não foi plenamente alcançada, coincidindo com o que já foi apontado por Mantoan (2003), quando diz é preciso reestruturar as escolas urgentemente e de todas as formas possíveis.

A partir dos dados analisados pudemos compreender que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns ainda provoca medo e preocupação nos professores, movidos pelo sentimento de incapacidade para educar esses alunos. Contudo, ressaltamos que a inclusão não deve ser pensada como uma tarefa difícil ou impossível de ser cumprida e para isso, precisamos trilhar um caminho de redescoberta para romper com as barreiras que a impedem de acontecer de fato.

Em relação objetivo abordado neste trabalho, apesar das dificuldades apontadas, segundo os posicionamentos docentes, há uma contribuição expressiva do AEE para o desenvolvimento dos alunos nele atendidos, que repercutem também no trabalho realizado nas classes regulares.

Ao longo do trabalho, verificamos que a Educação Inclusiva não é ainda uma proposta confortável para escola e para toda a sociedade, em se tratando de aceitação, mas que pode se trabalhar para a obtenção de mudanças nessa direção. Para que a inclusão ocorra efetivamente, é necessário que haja mudanças no campo da gestão escolar, nas práticas pedagógicas, no currículo e nas próprias atitudes, que ainda são discriminatórias. Só assim podemos possibilitar o acesso dos alunos com deficiência às classes regulares de ensino.

É relevante retomar que o AEE, que representa a educação especial, não pode mais substituir o ensino comum, mas complementar ou suplementar, sendo ofertado na escola regular, em todas as etapas, níveis e modalidades. Com isso, o AEE passa a ser um aliado de fundamental importância no trabalho e nas propostas educacionais inclusivas.

Os princípios da inclusão já citados por nós no decorrer de todo o trabalho, devem ser aplicados na escola e são referências para a família e a sociedade. É no entrelaçamento desses princípios que os alunos que fazem parte do público da

educação especial podem se tornar pessoas autônomas, capazes de buscar as oportunidades por meio de possibilidades justas e educacionais oferecidas pela escola.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\_09.pdf>. Acesso em 03 de mai. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://www.gov.br>. Acesso em 08 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas**. Portugal: Porto Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MITLLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da C. Teixeira; MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Glaucia Wesselovicz** - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

**Janaina Cazini** - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-363-7

